

Escola superior gratuita de novo ameaçada

O governo federal reabriu a discussão em torno do ensino superior gratuito. Para professores e administradores, cobrar mensalidades seria uma medida inócua; para os alunos, tudo não passa de demagogia.

Sílvia Penteado

Virou, mexeu, volta à baila a discussão sobre o fim da gratuidade do ensino superior. O simples pagamento de mensalidades pelos alunos "que podem" para sustentar os "que não podem" é apresentado, pelos defensores da idéia, como uma espécie de panacéia para resolver os crônicos problemas do ensino público e como única solução para possibilitar o acesso, à universidade, da imensa legião de estudantes de menor nível de renda. O atual governo, de



Pobre ou rico, pagando ou não, no Brasil, quem chega à universidade é um privilegiado

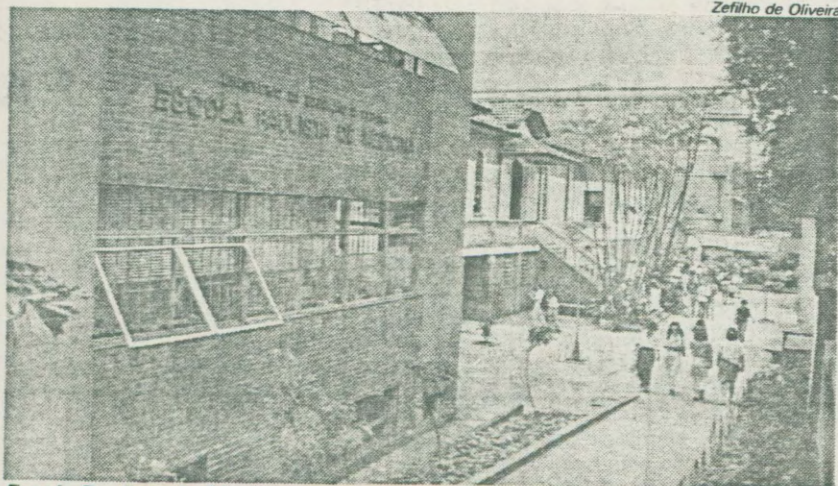
tendência privatizante, não poderia deixar passar a oportunidade.

Engana-se, porém, quem pensa que o assunto faz parte apenas do chamado "Projetão" que, entre outras medidas para formular o ensino superior federal, recomenda a "discussão de gratuidade indiscriminada do ensino público de graduação". O Ministério da Educação (MEC) já enviou às entidades de docentes, alunos e funcionários de todo o País, para discussão, um outro projeto que, indiretamente, põe fim ao ensino superior gratuito, ao obrigar o aluno a indenizar, após

terminar o curso, "os contribuintes que financiarem seus estudos".

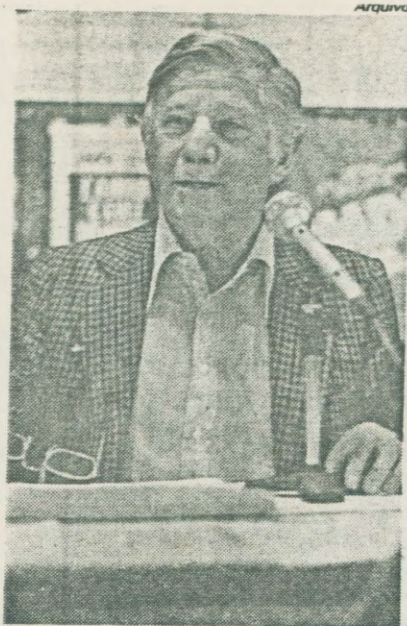
"Isso é pura demagogia", desabafa a estudante Idalice Rodrigues Coelho, filha de metalúrgico, que cursa o quarto ano na Escola Paulista de Medicina. "Não é fazendo o estudante trabalhar de graça para o governo depois de formado que se vão resolver os sérios problemas de educação ou saúde do País", acrescenta. "Se fosse um país sério, dava até para pensar no assunto. Aqui, não dá para acreditar na eficiência e na justiça de uma lei dessas. É só ver quem é que efetivamente consegue bolsas ou financiamento do crédito educativo para não ter nenhuma esperança", fulmina Isaura Eusébio Coelho, presidente do Centro Acadêmico da mesma escola que, além do campus de São Carlos, é a única faculdade mantida pelo MEC em São Paulo.

"Acabar com o ensino superior gratuito é uma medida inócua em termos orçamentários e perigosa em termos de discriminação social e econômica. É mais uma medida pirotécnica", diz Roberto Leal Lobo Filho,



Zefilho de Oliveira

Escola Paulista de Medicina, única faculdade mantida pelo MEC na cidade de São Paulo



Severo Gomes: "A cobrança de mensalidades vai conseguir afastar a classe média e não favorecerá as classes mais carentes."

reitor da Universidade de São Paulo. "Essa idéia é mais uma prova de que o atual governo se atém apenas às aparências, deixando de lado a essência, que é o que realmente tem que ser mudado", acrescenta o professor Eduardo Cotecchia Ribeiro, presidente da Associação dos Docentes da Escola Paulista de Medicina. "Se tudo caminhasse bem nos 1.º e 2.º graus, talvez fosse hora de discutir novos caminhos para o ensino superior."

RICOS E POBRES

O projeto parte de uma idéia discutível do que seria rico e pobre, de quem seria a elite que ocupa o lugar dos estudantes carentes na escola pública superior. O problema é que, num país em que pelo menos metade da população ganha menos de um salário mínimo, quem ganha 10 ou 15 salários já pode ser considerado elite. Daí a dizer que essa pessoa pode pagar pelos estudos de seus filhos vai uma grande diferença. Além do mais, na situação de miséria em que a sociedade brasileira está imersa, com a classe média cada vez mais empobrecida, essa discussão torna-se inútil.

"Se as universidades estaduais paulistas não fossem públicas, cada estudante teria que pagar entre 2 mil e 3 mil dólares por mês (entre Cr\$ 500 e Cr\$ 700 mil). A partir daí é fácil deduzir quem teria acesso à universidade", afirmava esta semana o recém-empossado secretário da Educação do Estado, o jornalista e escritor Fernando Moraes. "Os defensores dessa idéia procuram associá-la à qualidade das universidades norte-americanas, que são todas pagas. Eles não dizem,

porém, que lá só 10% dos alunos efetivamente pagam a universidade, pois existe um sem-número de instituições, entre fundações, empresas e agências governamentais, que dão bolsas sob os mais variados critérios", lembra o empresário Severo Gomes, secretário de Ciência e Tecnologia do Estado, a quem estão subordinadas as três universidades estaduais, USP, Unesp e Unicamp. "Cobrar mensalidades seria afastar a classe média da universidade e não favorecer as camadas mais carentes." Severo Gomes tem dúvidas também quanto aos critérios que seriam utilizados na concessão de bolsas. "A gente sabe para quem elas acabariam indo."

PROFESSORES TEMEM PRIVATIZAÇÃO

Do lado dos professores, surge uma outra preocupação. Eles temem a tendência privatizante do atual governo na área de educação, que pode comprometer não só o nível de ensino mas também, e principalmente, o desenvolvimento de pesquisas que hoje saem, em sua maioria (90%), das escolas públicas. "Privatizar a universidade pública equivaleria a inviabilizá-la, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento das atividades de pesquisa, as quais, aliás, a distinguem das demais instituições de ensino superior", afirma o editorial do número de janeiro/fevereiro do Jornal da Universidade Estadual Paulista (Unesp), refletindo a opinião do corpo docente e da diretoria da escola.

Uma afirmação que pode ser confirmada por qualquer professor ou aluno de escola privada. "Já dei muita aula em faculdades particulares e ali, além da carência de material mínimo de ensino, simplesmente não há espaço para pesquisa", conta o médico e professor Eduardo Ribeiro. O temor se justifica. Segundo o professor, cientista social e deputado federal pelo PT, Florestan Fernandes, defensor do ensino público e gratuito - "ainda a única forma que pode realmente ser democrática, pluralista e igualitária" -, o novo Congresso tem uma maioria privatista. "Além das tendências ideológicas, porém, há o trabalho dos lobbies e o lobby privatista é muito forte."

Fernandes diz que o interesse da escola privada não é só pelo repasse de verbas, mas pelo dinheiro do MEC, empréstimos e bolsas, além do espaço que a escola privada já conquistou com a decadência da escola pública. "É fácil demonstrar a eficiência e a produtividade da escola pública superior com fatos, mas a força da iniciativa privada é grande, principalmente agora que tem no presidente da República seu maior aliado", aponta o professor Eduardo Ribeiro.